

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	13
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	14
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	28
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	29
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	43

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	86
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Ordinária		0,14532
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Preferencial		0,15985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.082.590	1.063.824	1.132.078
1.01	Ativo Circulante	229.137	201.847	157.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.068	42.416	69.702
1.01.03	Contas a Receber	57.402	52.111	18.292
1.01.03.01	Clientes	18.969	17.834	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	17.477	15.472	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	1.492	2.362	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.433	34.277	1.585
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	0	558	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-13.371	-8.600	-5.271
1.01.03.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690	0
1.01.03.02.05	Renda da Prestação de Serviços	2.738	2.589	0
1.01.03.02.06	Valores a Receber	25.223	0	0
1.01.03.02.07	Serviços - Canal Pinheiros	21.803	0	0
1.01.04	Estoques	2.073	2.111	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	101	65	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	107.493	105.144	66.579
1.01.08.03	Outros	107.493	105.144	66.579
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	15.438	11.242	3.323
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.325	16.404	19.574
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	645	221	1.762
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	42.866	44.991	35.283
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	25.295	31.211	6.637
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	2.924	1.075	0
1.02	Ativo Não Circulante	853.453	861.977	974.679
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	440.772	481.776	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	440.772	481.776	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.536	4.691	10.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09.04	Valores a Receber	0	43.123	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	432.236	433.962	423.396
1.02.02	Investimentos	28.649	27.905	13.400
1.02.03	Imobilizado	383.629	351.731	511.394
1.02.04	Intangível	403	565	884
1.02.04.01	Intangíveis	403	565	884

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.082.590	1.063.824	1.132.078
2.01	Passivo Circulante	91.118	71.873	139.623
2.01.02	Fornecedores	5.026	4.467	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.026	4.467	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.078	4.553	7.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.690	4.124	7.582
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	2.694
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	770	1.135	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	167	246	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.930	2.000	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	0	49
2.01.03.01.06	Outros	823	743	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	298	339	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	298	339	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	82.014	62.853	122.108
2.01.05.02	Outros	82.014	62.853	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.509	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	0	0	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	15.154	15.794	17.688
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	9.529	7.855	7.199
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	177	647	296
2.01.05.02.08	Energia de Curto Prazo	0	1.419	0
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	20.980	22.789	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	19.803	872	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	14.862	13.391	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	227.133	374.176	220.570
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	29.893	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	29.893	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	29.893	0
2.02.02	Outras Obrigações	45.813	134.352	40.855
2.02.02.02	Outros	45.813	134.352	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	126	216	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	28.716	117.165	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.524	127.811	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.524	127.811	118.892
2.02.04	Provisões	52.796	82.120	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.971	31.462	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.989	26.478	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.982	4.984	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido	764.339	617.775	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	4.570	0	120.584
2.03.04.01	Reserva Legal	300	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	120.584
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	4.270	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-56.371	-21.240

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	87.228	1.605	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.834	174.509	164.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-188.657	-189.473	-183.331
3.03	Resultado Bruto	4.177	-14.964	-19.238
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	663	-112.952	-71.823
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.847	-41.036	-38.157
3.04.02.01	Custo do serviço prestado a terceiros (Nota 35)	-1.273	-1.448	-1.075
3.04.02.02	Despesas gerais e administrativas (Nota 35)	-44.574	-39.588	-37.082
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	41.903	-105.366	-61.212
3.04.03.01	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	41.903	-105.366	-61.212
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.664	32.868	27.351
3.04.04.01	Ganho na alienação de bens e direitos (Nota 35)	3.664	24.620	27.351
3.04.04.02	Indenização Usina Porto Góes (Nota 35)	0	8.248	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	976	582	195
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	976	582	195
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.840	-127.916	-91.061
3.06	Resultado Financeiro	58.237	71.714	70.686
3.06.01	Receitas Financeiras	59.888	73.396	112.499
3.06.01.01	Receitas Financeiras	38.102	35.202	39.242
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	21.786	38.194	73.257
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.651	-1.682	-41.813
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.651	-1.682	-2.065
3.06.02.02	Entidade de previdência a empregados	0	0	-39.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.077	-56.202	-20.375
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-713	-12.430	-20.440
3.08.01	Corrente	0	-3.511	-16.605
3.08.02	Diferido	-713	-8.919	-3.835
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.364	-68.632	-40.815
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.364	-68.632	-40.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	1,7513	-1,92729	-1,14619
3.99.01.02	ON	1,59209	-1,75209	-1,04199

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	62.364	-68.632	-40.815
4.02	Outros Resultados Abrangentes	85.623	-85.478	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	147.987	-154.110	-40.815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-53.138	-119.571	37.562
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-43.827	-12.898	-20.625
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	62.364	-68.632	-40.815
6.01.01.02	Depreciação	19.861	24.408	28.687
6.01.01.03	Variações Monetárias/juros	-55.669	-74.146	-55.841
6.01.01.04	Despesas com previdência privada	0	0	25.342
6.01.01.05	Deliberação CVM 371/600 e CPC 33	0	0	-39.223
6.01.01.06	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.664	-24.609	-27.313
6.01.01.07	Ganho indenização Usina Porto Góes	0	-8.248	0
6.01.01.08	Const (Rev) de provisão p/ custos socioambientais	-32.833	32.833	15.625
6.01.01.09	Provisão para contingências	7.838	5.632	14.270
6.01.01.10	(-) Reversão de provisão para contingências	-4.329	-12.808	-11.383
6.01.01.11	Receita de equivalência patrimonial	-976	-582	0
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	713	8.919	3.835
6.01.01.13	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	4.771	3.329	520
6.01.01.14	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	-41.903	105.366	61.212
6.01.01.15	Outras Provisões	0	-4.360	4.459
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.842	-75.673	17.402
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-2.005	-1.238	-2.863
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	870	111	-357
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	0	0	64
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	558	4.258	-3.519
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	21.935	-28.473	38.116
6.01.02.06	Renda da prestação de serviços	-20.201	0	-6.279
6.01.02.07	Tributos e contribuições compensáveis	-4.196	-7.919	1.000
6.01.02.08	Estoques	38	519	-170
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-36	131	-98
6.01.02.10	Outros créditos	-3.689	1.133	-1.358
6.01.02.11	Taxas regulamentares	1.674	656	453

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.12	Cauções e depósitos vinculados	2.071	-18.310	-984
6.01.02.13	Fornecedores	559	-5.114	6.471
6.01.02.14	Folha de pagamento	-549	-1.089	518
6.01.02.15	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-91	-805	-384
6.01.02.16	Tributos e contribuições sociais	-565	-3.471	-1.768
6.01.02.17	Entidade de previdência a empregados	-21.477	-16.757	-9.682
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	-1.419	1.419	-52
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	-470	351	-1.706
6.01.02.20	Adiantamento a fornecedores	-1.849	-1.075	0
6.01.03	Outros	19.531	-31.000	40.785
6.01.03.01	Outros passivos	1.471	8.462	991
6.01.03.02	Depósitos vinculados	18.931	-39.128	40.000
6.01.03.03	Juros pagos	-871	-334	-206
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	103.139	70.901	35.618
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	3.270	27.719	27.175
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	71.869	56.908	59.895
6.02.03	Baixa no ativo imobilizado	346	74.454	0
6.02.04	Aumento de capital em controlada	0	-11.788	-11.800
6.02.05	Adições ao imobilizado	-10.036	-76.392	-39.652
6.02.06	Indenização Porto Goes	37.690	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.349	21.384	-24.714
6.03.01	Dividendos pagos	0	0	-3.104
6.03.02	Amortização de empréstimos - FIDC	0	-8.509	-21.610
6.03.03	Empréstimos e financiamentos	-30.349	29.893	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.652	-27.286	48.466
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.416	69.702	21.236
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.068	42.416	69.702

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.270	-5.693	0	-1.423
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.423	0	-1.423
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	4.270	-4.270	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.364	85.623	147.987
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.364	0	62.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	85.623	85.623
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	85.623	85.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	300	-300	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	300	-300	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-108.323	87.083	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-108.323	87.083	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.632	-85.478	-154.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.632	0	-68.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-85.478	-85.478
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-85.478	-85.478
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-120.584	120.584	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-11.311	11.311	0	0
5.06.05	Absorção da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-109.273	109.273	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-40.815	0	-40.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-40.815	0	-40.815
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-19.575	19.575	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-10.347	10.347	0	0
5.06.05	Absorção de Reserva Legal	0	0	-9.228	9.228	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	264.686	311.957	259.304
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	222.956	206.391	192.931
7.01.02	Outras Receitas	36.465	32.503	27.240
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	10.036	76.392	39.653
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-4.771	-3.329	-520
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.821	-160.372	-106.596
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.821	-160.372	-106.596
7.03	Valor Adicionado Bruto	130.865	151.585	152.708
7.04	Retenções	22.042	-129.774	-89.899
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.861	-24.408	-28.687
7.04.02	Outras	41.903	-105.366	-61.212
7.04.02.01	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	41.903	-105.366	-61.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	152.907	21.811	62.809
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.365	26.865	-4.146
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	976	582	195
7.06.02	Receitas Financeiras	38.102	35.202	39.242
7.06.03	Outros	-713	-8.919	-43.583
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	0	0	-39.748
7.06.03.02	I.R. e C.S. diferidos (reversão/realiz.)	-713	-8.919	-3.835
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.272	48.676	58.663
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.272	48.676	58.663
7.08.01	Pessoal	91.094	90.098	95.771
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.396	81.135	84.194
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.698	8.963	9.169
7.08.01.04	Outros	0	0	2.408
7.08.01.04.01	Entid. previd. a empr. (Contri. ao plano)	0	0	2.408
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.189	62.909	74.144
7.08.02.01	Federais	48.474	53.774	66.921
7.08.02.02	Estaduais	73	1.568	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.02.03	Municipais	8.642	7.567	7.223
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-19.375	-35.699	-70.437
7.08.03.01	Juros	1.651	1.682	2.065
7.08.03.02	Aluguéis	760	813	755
7.08.03.03	Outras	-21.786	-38.194	-73.257
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-21.786	-38.194	-73.257
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.364	-68.632	-40.815
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.364	-68.632	-40.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.152.172	1.067.195	1.132.142
1.01	Ativo Circulante	266.015	215.488	169.472
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.708	56.502	81.933
1.01.03	Contas a Receber	57.402	52.111	18.292
1.01.03.01	Clientes	18.969	17.834	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	17.477	15.472	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	1.492	2.362	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.433	34.277	1.585
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	0	558	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-13.371	-8.600	-5.271
1.01.03.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690	0
1.01.03.02.05	Renda da Prestação de Serviços	2.738	2.589	0
1.01.03.02.06	Valores a Receber	25.223	0	0
1.01.03.02.07	Serviços - Canal Pinheiros	21.803	0	0
1.01.04	Estoques	2.073	2.111	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	101	65	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	125.731	104.699	66.421
1.01.08.03	Outros	125.731	104.699	66.421
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	15.507	11.349	3.350
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.093	15.852	19.389
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	645	221	1.762
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	42.866	44.991	35.283
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	25.295	31.211	6.637
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	21.325	1.075	0
1.02	Ativo Não Circulante	886.157	851.707	962.670
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	440.772	481.776	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	440.772	481.776	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.536	4.691	10.955

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09.04	Valores a Receber	0	43.123	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	432.236	433.962	423.396
1.02.02	Investimentos	1.390	1.389	1.391
1.02.03	Imobilizado	443.592	367.977	511.394
1.02.04	Intangível	403	565	884
1.02.04.01	Intangíveis	403	565	884

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.152.172	1.067.195	1.132.142
2.01	Passivo Circulante	92.885	75.244	139.687
2.01.02	Fornecedores	6.631	7.635	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.631	7.635	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.240	4.756	7.998
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.852	4.327	7.646
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	61	203	2.758
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	770	1.135	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	167	246	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.930	2.000	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	0	49
2.01.03.01.06	Outros	924	743	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	298	339	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	298	339	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	82.014	62.853	122.108
2.01.05.02	Outros	82.014	62.853	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.509	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	0	0	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	15.154	15.794	17.688
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	9.529	7.855	7.199
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	177	647	296
2.01.05.02.08	Energia de Curto Prazo	0	1.419	0
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	20.980	22.789	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	19.803	872	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	14.862	13.391	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	294.948	374.176	220.570
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	67.815	29.893	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	67.815	29.893	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	67.815	29.893	0
2.02.02	Outras Obrigações	45.813	134.352	40.855
2.02.02.02	Outros	45.813	134.352	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	126	216	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	28.716	117.165	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.524	127.811	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.524	127.811	118.892
2.02.04	Provisões	52.796	82.120	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.971	31.462	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.989	26.478	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.982	4.984	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	764.339	617.775	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	4.570	0	120.584
2.03.04.01	Reserva Legal	300	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	120.584
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	4.270	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-56.371	-21.240

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	87.228	1.605	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.834	174.509	164.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-188.668	-189.473	-183.331
3.03	Resultado Bruto	4.166	-14.964	-19.238
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-340	-113.557	-72.018
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.847	-41.059	-38.157
3.04.02.01	Custo do serviço prestado a terceiros (Nota 35)	-1.273	-1.471	-1.075
3.04.02.02	Despesas gerais e administrativas (Nota 35)	-44.574	-39.588	-37.082
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	41.903	-105.366	-61.212
3.04.03.01	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	41.903	-105.366	-61.212
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.664	32.868	27.351
3.04.04.01	Ganho na alienação de bens e direitos (Nota 35)	3.664	24.620	27.351
3.04.04.02	Indenização Usina Porto Góes (Nota 35)	0	8.248	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-60	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.826	-128.521	-91.256
3.06	Resultado Financeiro	59.717	72.582	70.945
3.06.01	Receitas Financeiras	61.376	74.312	112.758
3.06.01.01	Receitas Financeiras	39.590	36.118	39.501
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	21.786	38.194	73.257
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.659	-1.730	-41.813
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.659	-1.730	-2.065
3.06.02.02	Entidade de previdência a empregados	0	0	-39.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.543	-55.939	-20.311
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.179	-12.693	-20.504
3.08.01	Corrente	-466	-3.774	-16.669
3.08.02	Diferido	-713	-8.919	-3.835
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.364	-68.632	-40.815
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	62.364	-68.632	-40.815
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	62.364	-68.632	-40.815
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,59209	-1,75209	-1,04199
3.99.01.02	PN	1,7513	-1,92729	-1,14619

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	62.364	-68.632	-40.815
4.02	Outros Resultados Abrangentes	85.623	-85.478	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	147.987	-154.110	-40.815
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	147.987	-154.110	-40.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-72.690	-115.945	37.793
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-42.851	-12.316	-20.615
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	62.364	-68.632	-40.815
6.01.01.02	Depreciação	19.861	24.408	28.687
6.01.01.03	Variações Monetárias/juros	-55.669	-74.146	-55.841
6.01.01.04	Despesas com previdência privada	0	0	25.342
6.01.01.05	Deliberação CVM 371/600 e CPC 33	0	0	-39.223
6.01.01.06	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.664	-24.609	-27.313
6.01.01.07	Const (Rev) de provisão p/ custos socioambientais	-32.833	32.833	15.625
6.01.01.08	Provisão para contingências	7.838	5.632	14.270
6.01.01.09	(-) Reversão de provisão para contingências	-4.329	-12.808	-11.383
6.01.01.10	Ganho indenização Usina Porto Góes	0	-8.248	0
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	713	8.919	3.835
6.01.01.12	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	4.771	3.329	520
6.01.01.13	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	-41.903	105.366	61.212
6.01.01.14	Outras Provisões	0	-4.360	4.469
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.362	-72.629	17.623
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-2.005	-1.238	-2.863
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	870	111	-357
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	0	0	64
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	558	4.258	-3.519
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	21.935	-28.473	38.116
6.01.02.06	Renda da prestação de serviços	-20.201	0	-6.279
6.01.02.07	Tributos e contribuições compensáveis	-4.158	-7.999	973
6.01.02.08	Estoques	38	519	-170
6.01.02.09	Despesas Antecipadas	-36	131	-98
6.01.02.10	Outros créditos	-4.242	950	-1.174
6.01.02.11	Taxas regulamentares	1.674	656	453
6.01.02.12	Cauções e depósitos vinculados	2.071	-18.310	-984

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.13	Fornecedores	-1.004	-1.946	6.471
6.01.02.14	Folha de pagamento	-549	-1.089	518
6.01.02.15	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-91	-805	-384
6.01.02.16	Tributos e contribuições sociais	-606	-3.332	-1.704
6.01.02.17	Entidade de previdência a empregados	-21.477	-16.757	-9.682
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	-1.419	1.419	-52
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	-470	351	-1.706
6.01.02.20	Adiantamento a fornecedores	-20.250	-1.075	0
6.01.03	Outros	19.523	-31.000	40.785
6.01.03.01	Outros passivos	1.471	8.462	991
6.01.03.02	Depósitos vinculados	18.931	-39.128	40.000
6.01.03.03	Juros pagos	-879	-334	-206
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	59.422	69.130	47.418
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	3.270	27.719	27.175
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	71.869	56.908	59.895
6.02.03	Baixa no ativo imobilizado	346	74.454	0
6.02.04	Adições ao imobilizado	-53.753	-89.951	-39.652
6.02.05	Indenização Porto Goes	37.690	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	37.474	21.384	-24.714
6.03.01	Dividendos pagos	0	0	-3.104
6.03.02	Amortização de empréstimos - FIDC	0	-8.509	-21.610
6.03.03	Empréstimos e financiamentos	37.474	29.893	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.206	-25.431	60.497
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.502	81.933	21.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.708	56.502	81.933

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.270	-5.693	0	-1.423	0	-1.423
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.423	0	-1.423	0	-1.423
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	4.270	-4.270	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.364	85.623	147.987	0	147.987
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.364	0	62.364	0	62.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	85.623	85.623	0	85.623
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	85.623	85.623	0	85.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	300	-300	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	300	-300	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-108.323	87.083	771.885	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-108.323	87.083	771.885	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.632	-85.478	-154.110	0	-154.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.632	0	-68.632	0	-68.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-85.478	-85.478	0	-85.478
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-85.478	-85.478	0	-85.478
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-120.584	120.584	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-11.311	11.311	0	0	0	0
5.06.05	Absorção da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-109.273	109.273	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-40.815	0	-40.815	0	-40.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-40.815	0	-40.815	0	-40.815
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-19.575	19.575	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-10.347	10.347	0	0	0	0
5.06.05	Absorção de Reserva Legal	0	0	-9.228	9.228	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	264.686	311.957	259.304
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	222.956	206.391	192.931
7.01.02	Outras Receitas	36.465	32.503	27.240
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	10.036	76.392	39.653
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-4.771	-3.329	-520
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.859	-160.395	-106.596
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.859	-160.395	-106.596
7.03	Valor Adicionado Bruto	130.827	151.562	152.708
7.04	Retenções	22.042	-129.774	-89.899
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.861	-24.408	-28.687
7.04.02	Outras	41.903	-105.366	-61.212
7.04.02.01	Teste de recuperabilidade de ativos - CPC 01	41.903	-105.366	-61.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	152.869	21.788	62.809
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.877	27.199	-4.082
7.06.02	Receitas Financeiras	39.590	36.118	39.501
7.06.03	Outros	-713	-8.919	-43.583
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	0	0	-39.748
7.06.03.02	I.R. e C.S. diferidos (reversão/realiz.)	-713	-8.919	-3.835
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.746	48.987	58.727
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.746	48.987	58.727
7.08.01	Pessoal	91.094	90.098	95.771
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.396	81.135	84.194
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.698	8.963	9.169
7.08.01.04	Outros	0	0	2.408
7.08.01.04.01	Entid. previd. a empr. (Contri ao plano)	0	0	2.408
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.655	63.172	74.208
7.08.02.01	Federais	48.940	54.037	66.985
7.08.02.02	Estaduais	73	1.568	0
7.08.02.03	Municipais	8.642	7.567	7.223

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-19.367	-35.651	-70.437
7.08.03.01	Juros	1.659	1.730	2.065
7.08.03.02	Aluguéis	760	813	755
7.08.03.03	Outras	-21.786	-38.194	-73.257
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-21.786	-38.194	-73.257
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.364	-68.632	-40.815
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.364	-68.632	-40.815

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2013

I. Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O ano de 2013 foi marcado pelo início do processo de reorganização da Companhia. Temos investido na melhoria dos processos de forma a ganhar agilidade e reduzir custos. Nesse contexto, foi concluída a reestruturação organizacional, a centralização de processos de aquisição e pagamentos, o que se reflete em ganhos de escala e melhor aproveitamento do quadro de pessoal. Ainda do ponto de vista da gestão, a Companhia deu continuidade ao programa de adequação dos gastos com pessoal.

Podemos destacar, ainda, a continuidade das obras da PCH Pirapora, que deverá entrar em operação em 2014. A obra transcorre em ritmo acelerado, mas atendendo os preceitos de segurança e cuidado com o ambiente, prova disso é que não tivemos nenhum incidente durante todo esse período. A Companhia também continua buscando novas formas de incrementar suas receitas por meio do aumento do seu parque gerador, nesse sentido, investiu nos estudos para remotorização da barragem Edgard de Souza.

A EMAE apresentou Lucro Líquido de R\$ 62 milhões no exercício de 2013, que, após a absorção do prejuízo acumulado em exercícios anteriores e retenção para reserva legal, tornará possível a proposição de distribuição de dividendos, no montante de R\$ 5,6 milhões, dentro do compromisso da Administração de perseguir resultados que propiciem o retorno para os acionistas da Companhia.

O ano de 2014 se inicia com o desafio de avançar nas mudanças e, ao mesmo tempo, de manter altos níveis de eficácia na operação e manutenção do sistema hidroenergético. Continuaremos a busca por novas receitas e pela melhoria na produtividade sem deixar de lado a rígida gestão de custos, de forma a garantir a perenidade da Companhia, o justo retorno aos nossos acionistas e retribuir a confiança que sociedade sempre depositou em nossos serviços.

II. CONTEXTO OPERACIONAL

Sistema energético operado pela EMAE

O complexo hidroenergético operado pela Companhia está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o canal Pinheiros, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. Constituem, também, esse complexo as barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no rio Tietê e o reservatório e canal Guarapiranga.

A EMAE possui, ainda, a concessão de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Em 22/12/2010, a EMAE constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. Em 06/12/2011, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.242, a ANEEL transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com entrada em operação prevista para o último trimestre de 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Energia Elétrica

Os aproveitamentos hidroelétricos concedidos a Companhia totalizavam, em dezembro de 2013, 935,8 MW, correspondendo a cerca de 6,59% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 1,02% do Brasil.

Produção de Energia

Em 2013, as usinas da EMAE produziram 1.159,9 GWh (132,4 MW médios), geração 16,5% menor que os 1.388,5 GWh (158,1 MW médios) verificados em 2012. A menor geração verificada em 2013, sobretudo na UHE Henry Borden, foi consequência de um trabalho conjunto entre EMAE e ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, desenvolvido ao longo do ano, com o objetivo de preservar o nível de armazenamento do reservatório, possibilitando focar os despachos dessa usina no atendimento prioritário a situações emergenciais do SIN – Sistema Interligado Nacional.

A tabela a seguir mostra a geração verificada nas usinas hidrelétricas da EMAE nos últimos cinco anos:

Geração Verificada (GWh)

USINA	2009	2010	2011	2012	2013
UHE Henry Borden	1.326,8	1.949,8	1.316,0	1.148,1	941,9
Pequenas Usinas (Rasgão e Porto Góes)	226,2	214,3	237,5	240,4	218,0
Total	1.553,0	2.164,1	1.553,5	1.388,5	1.159,9

Hidrologia

A chuva média acumulada em 2013 foi de 1.333 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 94% da média histórica. Por outro lado, a soma das vazões naturais afluentes aos reservatórios Billings e Pedras representou aproximadamente 111% da média histórica.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o reservatório Billings é realizado em conformidade com norma específica para este fim. Em 2013 ocorreram 49 eventos de bombeamento para controle de cheias, totalizando 548 horas no ano.

O reservatório Billings, principal reservatório da Companhia, que iniciou 2013 com 63,8% de seu volume útil, menor valor observado no ano, atingiu o armazenamento máximo no dia 15 de abril, com 89,0%. A partir dessa data, o nível d'água foi gradativamente rebaixado, até encerrar 2013 com 68,4% do seu volume útil.

Comercialização de Energia

A partir da assinatura do Segundo Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL, em 4 de dezembro de 2012, já sob as condições estabelecidas pela Medida Provisória - MP 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, as usinas passaram a ter sua remuneração por tarifa e a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, passou, a partir de 01 de janeiro de 2013, para a contratação de energia e potência no Regime de Cotas com as distribuidoras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela ANEEL e paga em parcelas duodecimais, pelos Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência (CCGFs) das usinas são:

Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	RAG R\$	Tarifa R\$/KW/ano (Port. 578)
Henry Borden	889,0	127,70	94.863.048,06	102,15853
Porto Goes	24,8	17,91	4.068.550,92	127,89610
Rasgão	22,0	11,84	3.070.162,02	118,52527
TOTAL	935,8	157,45	102.001.761,00	-

Os Contratos de Venda de Energia Elétrica (79,5 MW médios) firmados no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela EMAE anteriormente à assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 002/2004 - ANEEL foram supridos com energia adquirida de terceiro e registraram uma Receita Anual de R\$ 77 milhões.

Ao final de 2013, a receita oriunda da liquidação na CCEE totalizou R\$ 4 milhões.

III. INVESTIMENTOS

Investimentos no Sistema Hidroenergético

A EMAE investiu, no exercício, recursos próprios da ordem de R\$ 10 milhões com o objetivo de atender às necessidades de manutenção, segurança, confiabilidade e modernização das suas instalações de geração e estruturas hidráulicas. Foram, também, investidos pela EMAE R\$ 26 milhões na subsidiária Pirapora Energia S.A, desde o início de sua constituição, a título de subscrição e integralização do capital, que somados aos recursos de financiamento liberados pelo BNDES possibilitou aplicar, no exercício de 2013, cerca de R\$ 60 milhões no projeto de implantação da PCH Pirapora.

Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs

A Companhia tem focado seus estudos para a expansão da oferta de energia elétrica por meio do investimento em Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs, conforme segue:

- **Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora**

Encontra-se em andamento a construção da usina, com 25 MW de capacidade, com previsão para entrar em operação em 2014. A maior parte dos recursos para a construção da usina é proveniente de financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A parte complementar dos recursos necessários está sendo subscrito e integralizado pela Companhia como Capital Social da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

• Estudo de Viabilidade da PCH Edgard de Souza

Concluídos os estudos de viabilidade técnico-econômica para remotorização da Barragem Edgard de Souza, cujas instalações contavam com uma unidade reversível (turbo-bomba) com capacidade para 11 MW de geração ou 50 m³/s de bombeamento, transferida, em 1982, para a Usina Elevatória de Pedreira. O estudo de viabilidade prevê a repotenciação da usina (23MW), considerando a condição de não reversão pelo canal Pinheiros (exceto para controle de cheias), prevista no Inventário do Tietê, aprovado em 2005. A EMAE pleiteia junto a Aneel a alteração do Despacho nº 1.683, de 26/10/05, atribuindo essa nova potência instalada para o aproveitamento, a partir da qual deverá ser obtida a licença ambiental do empreendimento. Vencida essas etapas, o Ministério de Minas e Energia (MME) deverá promover a licitação do aproveitamento, certame do qual a Companhia deverá participar

• Estudos para o aproveitamento do Rio Tietê no trecho entre as cidades de Anhembi e Salto

A Companhia, por meio de convênio celebrado com o Departamento Hidroviário (DH), órgão ligado à Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo, concluiu a revisão do Inventário nesse trecho do rio Tietê, de modo a otimizar integradamente as funções de geração de energia e navegação. Em junho essa revisão foi entregue a ANEEL para análise e aprovação. Em paralelo, encontra-se em elaboração um Termo de Cooperação Técnica com o DH para desenvolvimento dos estudos de modelagem do empreendimento, projeto básico, projeto executivo e estudos ambientais (EIA/RIMA) do Aproveitamento Múltiplo de Anhembi, incluindo a modelagem do negócio. Ainda no âmbito desse convênio, a Companhia iniciou estudos visando à inclusão da geração de energia elétrica no empreendimento Santa Maria da Serra, barragem essa inicialmente prevista somente para viabilizar a navegação.

Outros Estudos

A EMAE continua estudando outras formas de geração de energia, com foco nas fontes eólica, solar e por meio do aproveitamento de resíduos sólidos urbanos. Também vem desenvolvendo estudos de viabilidade técnico-econômica de projetos de eficiência energética na área de iluminação pública de municípios.

Pesquisa e Desenvolvimento - ANEEL

Desde o início do programa, a Companhia já destinou mais de R\$ 14,8 milhões em P&D, dos quais R\$ 5.977 mil para o desenvolvimento de projetos, R\$ 5.977 mil para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do FINEP e R\$ 2.998 mil para a EPE - Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial. Estão em desenvolvimento os projetos: e o “Efeito de mudanças climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada de aproveitamentos hidroelétricos”; “Aperfeiçoamento do Processo de Contratação da Expansão do Parque Gerador”; Modelo de Otimização do Despacho Hidrotérmico - FASE 2”; Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu Uso como Área de Servidão”.

Em 2013 foram concluídos os projetos: “Produção em massa de mosquitos *Culex quinquefasciatus* (Díptera: Culicidae) e utilização da técnica SIT (insetos estéreis): Método de controle e avaliação de variáveis para monitoramento da população de mosquitos em lagos e reservatórios para geração de Energia Elétrica”; “Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) comparativa entre tecnologias de aproveitamento energético de resíduos sólidos”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

IV. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prestação de Serviços para Terceiros

A EMAE presta, para terceiros, os serviços objeto dos seguintes contratos: i) com a Baixada Santista Energia – BSE, para execução dos serviços de operação e manutenção das usinas termelétricas Fernando Gasparian e Piratininga e ii) com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, responsável pelo controle das cheias do córrego Água Espraiada.

Transporte

A EMAE opera um sistema de transporte público por balsas, com embarcações próprias, de forma gratuita e ininterrupta, em três regiões de travessia do reservatório Billings. Em 2013 foram transportados, aproximadamente, 1,4 milhões de veículos e 3,5 milhões de passageiros, em 185.766 viagens.

Lixo

Retirada do lixo que afluí às usinas elevatórias de Traição e de Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2013 foram retiradas aproximadamente 2,96 mil toneladas (7.405 m³) de lixo das referidas usinas. Nas usinas de Rasgão e Porto Góes, no rio Tietê, foram retiradas 1,28 mil toneladas (3.199,61 m³) de lixo.

Retirada de Vegetação Emergente

Em 2013 foram retirados 5,7 mil m³ de vegetação ao longo do Canal Pinheiros. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população das regiões sul e oeste da cidade.

V. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EMAE é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na BOVESPA e controle acionário do Estado de São Paulo. É detentora de concessão federal para produção e comercialização de energia elétrica gerada a partir dos recursos hídricos das bacias do Alto e Médio Tietê e Baixada Santista. Desde a sua constituição vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados.

Os órgãos estatutários que a compõem são a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, composta por: i) Presidência; ii) Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores; iii) Operação; e iv) Planejamento e Desenvolvimento.

Os principais instrumentos normativos internos são o Estatuto Social, o Regimento da Diretoria e a Matriz de Delegação de Autoridade. Além destes, a Companhia possui diversas normas e políticas internas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dentre os principais órgãos de fiscalização e controle externo estão a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, o TCE – Tribunal de Contas do Estado, e a Secretaria de Estado da Fazenda através do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA através da Auditoria Geral e da Assembléia Legislativa do Estado através da Comissão de Fiscalização e Controle, além de uma empresa de auditoria independente. No âmbito interno, a EMAE possui um Departamento de Auditoria.

VI. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A EMAE busca, em suas atividades, atuar de forma sustentável, observando a excelência operacional, a gestão responsável dos recursos e a harmonia nas relações com todos os seus públicos. Dentro desse contexto, destacamos as seguintes ações:

Desenvolvimento de Pessoas

- **Treinamento e Desenvolvimento**

A Companhia investe constantemente no treinamento e desenvolvimento dos seus empregados. Em 2013, contabilizou 811 participações de empregados em treinamentos nas categorias cursos, palestras, seminários, congresso e reciclagem para atualização tecnológica, num total de 9.178 horas.

Foi dada continuidade às seguintes ações voltadas ao desenvolvimento: Avaliação de Desempenho Profissional, dos Programas de Concessão de Bolsa de Estudos; de Aprendizagem Profissional; de Estágio Curricular; de Pós-Graduação e de Língua Estrangeira.

- **Segurança, Saúde e Bem-Estar Social**

A EMAE preza pela qualidade de vida da força de trabalho ao investir na prevenção de doenças e acidentes. Mais do que apenas atender uma norma e cumprir a legislação, busca promover, por meio dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), o bem-estar de cada empregado, com incentivos para cuidar da saúde e da segurança.

Considerando as características das atividades da EMAE, todos os empregados de empresas contratadas, além dos que pertencem ao quadro próprio, recebem treinamento de prevenção de acidentes, envolvendo o uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI e do Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, análise de riscos e medidas de segurança, causas e perdas envolvidas em acidentes, legislação e responsabilidade civil e criminal.

Destaca-se, o acompanhamento à obra da PCH – Pirapora, pela Equipe de Segurança do Trabalho, por meio de assessoria técnica àqueles prestadores, no que se refere a inspeções de canteiros de obra, treinamento e documentação.

Em 2013, foram contabilizadas 1.468 participações de prestadores de serviços nos treinamentos de segurança, totalizando 4.404 horas, sendo que desse total 37% foram destinadas, especialmente, ao empreendimento de Pirapora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Meio Ambiente

A EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania. A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais. As atividades e projetos socioambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupados em três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Socioambientais e Estudos e Projetos Técnicos.

Merece destaque a atuação no Gerenciamento de Resíduos. A EMAE destinou mais de 45 toneladas de materiais recicláveis para uma cooperativa contribuindo para a manutenção de 60 postos de trabalho. O programa também inclui a destinação adequada de lâmpadas contendo vapor de mercúrio, pilhas e baterias, óleos isolante e lubrificante, além de contar com a logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para cartuchos e tonners de impressão. Também foi concluído o gerenciamento da destinação de óleo isolante contaminado com ascarel (PCBs) dos transformadores da Usina Termoeletrica Piratininga.

Responsabilidade Social

O Programa de Responsabilidade Social Cultivar, visando colaborar com o desenvolvimento social de comunidades onde estão inseridas as instalações da Empresa, promoveu em 2013 o envolvimento do empregado em trabalhos voluntários junto a entidades do entorno, investiu na educação básica, reuniu a população do entorno da sede em atividades de qualidade de vida e deu continuidade aos trabalhos voltados às pessoas com deficiência (crianças e adultos), em parceria com a APADE- Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência, beneficiando ao todo 1.146 pessoas. Outros programas a destacar são: Voluntariado Empresarial, que beneficiou mais de 450 pessoas; Um Olhar para o Bem-Estar e as campanhas Natal Solidário e do Agasalho, que arrecadou mais de 22 mil peças, um aumento de 35% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**VII. BALANÇO SOCIAL**

	2013			2012		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
1. Base de Cálculo						
Receita Líquida Consolidada (RL).....	192.834			174.509		
Resultado Operacional Consolidado (RO).....	63.543			(55.939)		
Folha de Pagamento Bruta Consolidada (FPB).....	105.208			104.678		
	2013			2012		
	% sobre			% sobre		
	R\$ Mil	FPB	RL	R\$ Mil	FPB	RL
2. Indicadores Sociais Internos						
Alimentação.....	4.148	3,94	2,15	4.119	3,93	2,36
Encargos Sociais Compulsórios	23.690	22,52	12,29	22.795	21,78	13,06
Entidade de Previdência a Empregados	15.778	15,00	8,18	7.692	7,35	4,41
Saúde.....	8.683	8,25	4,50	6.876	6,57	3,94
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	167	0,16	0,09	139	0,13	0,08
Auxílio creche.....	126	0,12	0,07	136	0,13	0,08
Outros Benefícios.....	55	0,05	0,03	68	0,06	0,04
Total.....	52.647	50,04	27,30	41.825	39,96	23,97
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
3. Indicadores Sociais Externos						
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	102	0,16	0,05	185	(0,33)	0,11
Transporte gratuito (Balsas).....	1.743	2,74	0,90	1.652	(2,95)	0,95
Tributos (excluídos encargos sociais).....	35.273	55,51	18,29	35.872	(64,13)	20,56
Total.....	37.118	58,41	19,25	37.709	(67,41)	21,61
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
4. Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a operação da empresa.....	570	0,90	0,30	445	(0,80)	0,26
	2013			2012		
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	524			600		
Nº de estagiários(as)	13			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	338			381		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	58			67		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,79%			17,14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	105			112		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	7			8		
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e Gerências					
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Todos(as) (+) Cipa					
A previdência privada contempla:	Todos os empregados					
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos					
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Organiza e incentiva					

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VIII. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

- Apresentação das demonstrações financeiras

No exercício de 2013, devido a implementação de novas práticas contábeis introduzidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 (R1), referendadas pela Deliberação CVM-695, que tratam da contabilização de benefícios de planos previdenciários, a Empresa efetuou ajustes nas demonstrações financeiras de 2012 para permitir adequada comparação com o exercício de 2013.

- Análise do desempenho econômico financeiro

Em 2013, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$223 milhões, apresentando um incremento de 8,0% em relação a 2012. As deduções à Receita Operacional reduziram 5,5% em 2013 devido, principalmente, à extinção da Quota para Reversão Global - RGR.

Assim, em 2013, a Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento da ordem de 10,5%, passando de R\$175 milhões em 2012 para R\$193 milhões em 2013.

Em relação às Despesas Operacionais, que no total aumentaram apenas 1,9%, destaca-se um significativo acréscimo no item Energia Comprado para Revenda, que passou de R\$ 3 milhões em 2012 para R\$ 85 milhões em 2013, reflexo da necessidade da Empresa adquirir energia para garantir o suprimento de seus clientes e, assim, honrar os contratos assumidos antes do novo regime de contratação de energia e potência estabelecido pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Nas Despesas Operacionais gerenciáveis, destaca-se que o gasto com pessoal, ficou no mesmo nível de 2012, embora, em 2013, a Empresa tenha desembolsado 22,0% a mais, a título de verbas rescisórias e reajustado os salários de seus empregados em 5,11% a partir de junho (IPC-FIPE), o que denota a continuidade da política de contenção e ajustes em seu principal item de custo operacional.

Ainda sobre as Despesas Operacionais gerenciáveis, verificou-se em 2013, acréscimo de 6,3% nos gastos com Materiais e Serviços de Terceiros, pela maior aplicação de recursos na manutenção e conservação do parque gerador da Empresa.

Relativamente às Despesas Operacionais não gerenciáveis, destaca-se o relevante impacto da reversão de provisão para contingência ambiental, no montante de R\$32 milhões, possibilitada pela manifestação, favorável à EMAE, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em relação à destinação do lodo proveniente dos testes com a tecnologia de flotação, realizados entre julho de 2007 e dezembro de 2009.

Em Outras Receitas (Despesas), no montante de R\$ 46 milhões (positivo) em 2013 em contrapartida a R\$ 72 milhões (negativo) em 2012, destaca-se, principalmente, a reversão de R\$ 42 milhões no "impairment" pela aplicação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, devido à revisão nas metas de redução de custos da Empresa, implementada pela atual Administração, com ênfase nos resultados já alcançados em 2013.

O resultado líquido positivo verificado nas Receitas e Despesas Financeiras passou de R\$ 72 milhões em 2012, valor já ajustado dos efeitos do CPC 33 (R1), para R\$ 60 milhões em 2013, devido, basicamente, à menor incidência da variação monetária no contrato de arrendamento da UTP Piratininga, pois o IGPM, indexador desse contrato, reduziu de 7,8%, em 2012, para 5,5% em 2013.

Como reflexo dos fatos comentados, a EMAE apresentou Lucro Líquido no exercício de 2013, da ordem de R\$62 milhões que, após a absorção do prejuízo acumulado em exercícios anteriores e retenção para reserva legal, ensejará uma proposta de distribuição integral de dividendos aos seus acionistas, no montante de R\$5,6 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a EMAE esclarece que a UHY Moreira – Auditores, no exercício 2013, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Empresa tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Empresa constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrar em operação no último trimestre de 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Notas Explicativas

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Empresa passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Empresa, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na Nota Explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui dois segmentos passíveis de reporte que são: geração e comercialização de energia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

Notas Explicativas

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Arrendamento a receber

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 06, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

f. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

g. Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota Explicativa nº 21.

Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

h. Intangível

O intangível refere-se à licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) Revendedores e Consumidores (nota 7), (ii) Valores a Receber (nota 8 e 10); (iii) Outros Créditos (nota 17).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6); (ii) Cauções e Depósitos Vinculados (nota 20).

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possui ativos classificados nesta categoria.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável ("impairment"), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

k. Obrigações estimadas e folha de pagamento

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

l. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

Notas Explicativas

m. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo.

Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

n. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

O CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes

Notas Explicativas

nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

o. Provisões para custos socioambientais

É registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

p. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33 (R1). Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

q. Apuração do resultado

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

r. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os

Notas Explicativas

resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego.

t. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 33.

u. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Empresa estabelece que do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo 25%, assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo Adicional Proposto", no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 33.

4. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGADO

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Notas Explicativas

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

5. DEMONSTRATIVOS DECORRENTES DOS AJUSTES APÓS ADOÇÃO DO CPC 33 (R1)

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Companhia são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas**5.1 Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e dos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2012**

CONTAS	CONTROLADORA		
	01.01.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
ATIVO	1.132.078	-	1.132.078
CIRCULANTE.....	157.399	-	157.399
NÃO CIRCULANTE.....	974.679	-	974.679
PASSIVO	360.193	-	360.193
CIRCULANTE.....	139.623	-	139.623
NÃO CIRCULANTE	220.570	-	220.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	771.885	-	771.885
Capital Social.....	285.411	-	285.411
Reservas de Capital.....	387.130	-	387.130
Outros resultados abrangentes.....	-	87.083	87.083
Reserva de lucros.....	120.584	-	120.584
Lucros acumulados.....	(21.240)	(87.083)	(108.323)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.132.078		1.132.078

CONTAS	CONTROLADORA		
	31.12.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
ATIVO	1.063.824	-	1.063.824
CIRCULANTE.....	201.847	-	201.847
NÃO CIRCULANTE.....	861.977	-	861.977
PASSIVO	417.192	28.857	446.049
CIRCULANTE.....	71.873	-	71.873
NÃO CIRCULANTE	345.319	28.857	374.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	646.632	(28.857)	617.775
Capital Social.....	285.411	-	285.411
Reservas de Capital.....	387.130	-	387.130
Outros resultados abrangentes.....	-	1.605	1.605
Reserva de lucros.....	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados.....	(25.909)	(30.462)	(56.371)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.063.824		1.063.824

Notas Explicativas

CONTAS	CONSOLIDADO		
	01.01.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
ATIVO	1.132.142	-	1.132.142
CIRCULANTE.....	169.472	-	169.472
NÃO CIRCULANTE.....	962.670	-	962.670
PASSIVO	360.257	-	360.257
CIRCULANTE.....	139.687	-	139.687
NÃO CIRCULANTE	220.570	-	220.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	771.885	-	771.885
Capital Social.....	285.411	-	285.411
Reservas de Capital.....	387.130	-	387.130
Outros resultados abrangentes.....	-	87.083	87.083
Reserva de lucros.....	120.584	-	120.584
Lucros acumulados.....	(21.240)	(87.083)	(108.323)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.132.142		1.132.142

CONTAS	CONSOLIDADO		
	31.12.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
ATIVO	1.067.195	-	1.067.195
CIRCULANTE.....	215.488	-	215.488
NÃO CIRCULANTE.....	851.707	-	851.707
PASSIVO	420.563	28.857	449.420
CIRCULANTE.....	75.244	-	75.244
NÃO CIRCULANTE	345.319	28.857	374.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	646.632	(28.857)	617.775
Capital Social.....	285.411	-	285.411
Reservas de Capital.....	387.130	-	387.130
Outros resultados abrangentes.....	-	1.605	1.605
Reserva de lucros.....	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados.....	(25.909)	(30.462)	(56.371)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.067.195		1.067.195

Notas Explicativas

5.2 Reconciliação da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Reconciliação do Resultado	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	174.509	-	174.509	174.509	-	174.509
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(192.196)	(2.723)	(189.473)	(192.196)	(2.723)	(189.473)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO.....	(17.687)	(2.723)	(14.964)	(17.687)	(2.723)	(14.964)
Despesas Operacionais						
Custo do serviço prestado a terceiros.....	(1.448)	-	(1.448)	(1.471)	-	(1.471)
Despesas gerais e administrativas.....	(39.588)	-	(39.588)	(39.588)	-	(39.588)
Outras receitas e despesas.....	(71.916)	-	(71.916)	(72.498)	-	(72.498)
	(112.952)	-	(112.952)	(113.557)	-	(113.557)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	(130.639)	(2.723)	(127.916)	(131.244)	(2.723)	(128.521)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas.....	35.202	-	35.202	36.118	-	36.118
Despesas.....	(1.682)	-	(1.682)	(1.730)	-	(1.730)
Variações monetárias líquidas.....	(15.704)	(53.898)	38.194	(15.704)	(53.898)	38.194
	17.816	(53.898)	71.714	18.684	(53.898)	72.582
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(112.823)	(56.621)	(56.202)	(112.560)	(56.621)	(55.939)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes.....	(3.511)	-	(3.511)	(3.774)	-	(3.774)
Diferidos.....	(8.919)	-	(8.919)	(8.919)	-	(8.919)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO.....	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A :						
Acionistas controladores.....	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR:						
Ação preferencial.....	R\$ (3,51731)	R\$ (1,59002)	R\$ (1,92729)	R\$ (3,51731)	R\$ (1,59002)	R\$ (1,92729)
Ação ordinária.....	R\$ (3,19756)	R\$ (1,44547)	R\$ (1,75209)	R\$ (3,19756)	R\$ (1,44547)	R\$ (1,75209)

Notas Explicativas

5.3 Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais:						
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa proveniente das operações:						
Depreciação.....	24.408	-	24.408	24.408	-	24.408
Variações monetárias/juros.....	(58.599)	15.547	(74.146)	(58.599)	15.547	(74.146)
Deficit (Superávit) técnico atuarial - Fundação CESP.....	(27.782)	(27.782)	-	(27.782)	(27.782)	-
Ganho (Perda) atuarial - CPC 33.....	68.606	68.606	-	68.606	68.606	-
Teste de recuperabilidade dos ativos - CPC 01.....	105.366	-	105.366	105.366	-	105.366
Ganho indenização Usina Porto Góes.....	(8.248)	-	(8.248)	(8.248)	-	(8.248)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	(24.609)	-	(24.609)	(24.609)	-	(24.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	8.919	-	8.919	8.919	-	8.919
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa.....	3.329	-	3.329	3.329	-	3.329
Constituição (Reversão) de provisão para custos socioambientais.....	32.833	-	32.833	32.833	-	32.833
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	5.632	-	5.632	5.632	-	5.632
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(12.808)	-	(12.808)	(12.808)	-	(12.808)
Outras Provisões.....	(4.360)	-	(4.360)	(4.360)	-	(4.360)
Receita de equivalência patrimonial.....	(582)	-	(582)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber de revendedores.....	(1.238)	-	(1.238)	(1.238)	-	(1.238)
Contas a receber de consumidores.....	111	-	111	111	-	111
Energia de curto prazo - CCEE.....	4.258	-	4.258	4.258	-	4.258
Valores a receber - DAEE.....	(28.473)	-	(28.473)	(28.473)	-	(28.473)
Tributos e contribuições compensáveis.....	(7.919)	-	(7.919)	(7.999)	-	(7.999)
Estoques.....	519	-	519	519	-	519
Adiantamento a fornecedores.....	(1.075)	-	(1.075)	(1.075)	-	(1.075)
Despesas antecipadas.....	131	-	131	131	-	131
Outros créditos.....	1.133	-	1.133	950	-	950
Cauções e depósitos vinculados.....	(18.310)	-	(18.310)	(18.310)	-	(18.310)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores.....	(5.114)	-	(5.114)	(1.946)	-	(1.946)
Folha de pagamento.....	(1.089)	-	(1.089)	(1.089)	-	(1.089)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(805)	-	(805)	(805)	-	(805)
Tributos e contribuições sociais.....	(3.471)	-	(3.471)	(3.332)	-	(3.332)
Entidade de previdência a empregados.....	(16.507)	250	(16.757)	(16.507)	250	(16.757)
Taxas regulamentares.....	656	-	656	656	-	656
Encargos de uso da rede elétrica.....	351	-	351	351	-	351
Compra de energia elétrica - CCEE.....	1.419	-	1.419	1.419	-	1.419
Depósitos vinculados.....	(39.128)	-	(39.128)	(39.128)	-	(39.128)
Outros passivos.....	8.462	-	8.462	8.462	-	8.462
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(119.237)	-	(119.237)	(115.611)	-	(115.611)
Juros pagos.....	(334)	-	(334)	(334)	-	(334)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(119.571)	-	(119.571)	(115.945)	-	(115.945)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Recebimento pela alienação de bens e direitos.....	27.719	-	27.719	27.719	-	27.719
Recebimento pela UTE Pratininga.....	56.908	-	56.908	56.908	-	56.908
Aumento de capital em controlada.....	(11.788)	-	(11.788)	-	-	-
Adições ao imobilizado.....	(76.392)	-	(76.392)	(89.951)	-	(89.951)
Baixas no ativo imobilizado.....	74.454	-	74.454	74.454	-	74.454
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	70.901	-	70.901	69.130	-	69.130
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Amortização de empréstimos (principal) - FIDC.....	(8.509)	-	(8.509)	(8.509)	-	(8.509)
Empréstimos e financiamentos.....	29.893	-	29.893	29.893	-	29.893
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	21.384	-	21.384	21.384	-	21.384
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(27.286)	-	(27.286)	(25.431)	-	(25.431)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	69.702	-	69.702	81.933	-	81.933
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	42.416	-	42.416	56.502	-	56.502
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(27.286)	-	(27.286)	(25.431)	-	(25.431)

Notas Explicativas

5.4 Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2012		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Receitas operacionais.....	206.391	-	206.391	206.391	-	206.391
Outras receitas.....	32.503	-	32.503	32.503	-	32.503
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(3.329)	-	(3.329)	(3.329)	-	(3.329)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	76.392	-	76.392	76.392	-	76.392
	<u>311.957</u>	<u>-</u>	<u>311.957</u>	<u>311.957</u>	<u>-</u>	<u>311.957</u>
Menos:						
Insumos						
Energia de curto prazo - CCEE.....	6.020	-	6.020	6.020	-	6.020
Energia elétrica comprada para revenda.....	3.300	-	3.300	3.300	-	3.300
Encargos de uso da rede elétrica.....	4.016	-	4.016	4.016	-	4.016
Serviços de terceiros.....	94.950	-	94.950	94.973	-	94.973
Materiais.....	20.487	-	20.487	20.487	-	20.487
Outros custos operacionais.....	31.599	-	31.599	31.599	-	31.599
	<u>160.372</u>	<u>-</u>	<u>160.372</u>	<u>160.395</u>	<u>-</u>	<u>160.395</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	151.585	-	151.585	151.562	-	151.562
TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01.....	(105.366)	-	(105.366)	(105.366)	-	(105.366)
DEPRECIACÃO.....	(24.408)	-	(24.408)	(24.408)	-	(24.408)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	21.811	-	21.811	21.788	-	21.788
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras.....	35.202	-	35.202	36.118	-	36.118
Equivalência Patrimonial.....	582	-	582	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.....	(8.919)	-	(8.919)	(8.919)	-	(8.919)
	<u>26.865</u>	<u>-</u>	<u>26.865</u>	<u>27.199</u>	<u>-</u>	<u>27.199</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	48.676	-	48.676	48.987	-	48.987
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal:						
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	83.858	2.723	81.135	83.858	2.723	81.135
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano.....	-	-	-	-	-	-
F.G.T.S.....	8.963	-	8.963	8.963	-	8.963
	<u>92.821</u>	<u>2.723</u>	<u>90.098</u>	<u>92.821</u>	<u>2.723</u>	<u>90.098</u>
Impostos, taxas e contribuições:						
Encargos setoriais:						
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	4.225	-	4.225	4.225	-	4.225
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	6.829	-	6.829	6.829	-	6.829
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	509	-	509	509	-	509
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.641	-	1.641	1.641	-	1.641
	<u>13.204</u>	<u>-</u>	<u>13.204</u>	<u>13.204</u>	<u>-</u>	<u>13.204</u>
Federais:						
Imposto de renda e contribuição social.....	3.511	-	3.511	3.774	-	3.774
COFINS/PIS.....	23.227	-	23.227	23.227	-	23.227
CPMF.....	-	-	-	-	-	-
INSS.....	13.832	-	13.832	13.832	-	13.832
	<u>40.570</u>	<u>-</u>	<u>40.570</u>	<u>40.833</u>	<u>-</u>	<u>40.833</u>
Estaduais:						
ICMS.....	1.568	-	1.568	1.568	-	1.568
IPVA.....	-	-	-	-	-	-
	<u>1.568</u>	<u>-</u>	<u>1.568</u>	<u>1.568</u>	<u>-</u>	<u>1.568</u>
Municipais:						
ISS.....	1.221	-	1.221	1.221	-	1.221
IPTU.....	6.346	-	6.346	6.346	-	6.346
	<u>7.567</u>	<u>-</u>	<u>7.567</u>	<u>7.567</u>	<u>-</u>	<u>7.567</u>
	<u>62.909</u>	<u>-</u>	<u>62.909</u>	<u>63.172</u>	<u>-</u>	<u>63.172</u>
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e encargos de dívidas.....	1.682	-	1.682	1.730	-	1.730
Variações monetárias líquidas.....	15.704	53.898	(38.194)	15.704	53.898	(38.194)
Arrendamentos e aluguéis.....	813	-	813	813	-	813
	<u>18.199</u>	<u>53.898</u>	<u>(35.699)</u>	<u>18.247</u>	<u>53.898</u>	<u>(35.651)</u>
Remuneração de capitais próprios:						
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	-
Dividendos.....	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	48.676	-	48.676	48.987	-	48.987

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Caixa e bancos conta movimento.....	93	4.805	373	93	4.805	373
Aplicações financeiras (a).....	61.975	37.611	69.329	80.615	51.697	81.560
	<u>62.068</u>	<u>42.416</u>	<u>69.702</u>	<u>80.708</u>	<u>56.502</u>	<u>81.933</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 7,6429% em 2013.

7. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
a) Suprimento de Energia			
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	17.477	15.472	14.234
b) Fornecimento			
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	1.492	2.362	2.473

8. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 18).

9. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2013 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE (Nota 35.3).

Notas Explicativas

10. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante			
Contrato.....	25.223	-	-
Não circulante			
Contrato.....	-	43.123	14.650

11. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

12. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado		
	30.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante			
Contrato (1)	-	-	1.227
Contrato (2)	-	-	535
Contrato (3)	-	221	-
Contrato (4)	279	-	-
Contrato (5)	366	-	-
	<u>645</u>	<u>221</u>	<u>1.762</u>

- (1) Refere-se a alienação do imóvel de 65.237,00 m², localizado próximo à Av. dos Autonomistas, entre o antigo leito do Rio Tietê e km 18 da Estrada de Ferro FEPASA, Município de Osasco, Estado de São Paulo;
- (2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.382,38 m², localizado próximo à Rua Paulo Fontainha Geyser s/nº, altura do Km 267 da Rodovia Cônego Rongoni (SP-55) – Bairro Vila Industrial, Município de Cubatão – São Paulo;
- (3) Refere-se a alienação do imóvel de 14.750,00 m², localizado na Rua Miguel Barbar nº 576, Bairro Vila Gustavo Correia, Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo;
- (4) Refere-se a alienação do imóvel de 280,00 m², localizado na Rua Coliseu, s/n, no Bairro Itaim Bibi, São Paulo, Capital;
- (5) Refere-se a alienação do imóvel de 6.894,00 m², localizado na Estrada Caminho do Mar, km 34, no Bairro Alto da Serra, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

13. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE.

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante						
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	1.572	879	234	1.641	879	261
Imposto de renda a compensar (b).....	7.657	5.626	451	7.657	5.733	451
Contribuição social a compensar (b).....	3.384	2.472	600	3.384	2.472	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	2.120	1.483	1.338	2.120	1.483	1.338
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	160	363	270	160	363	270
Outros.....	145	19	30	145	19	30
	<u>15.438</u>	<u>11.242</u>	<u>3.323</u>	<u>15.507</u>	<u>11.349</u>	<u>3.350</u>

(a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

(b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.

(c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.

(d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

15. INDENIZAÇÃO PORTO GÓES

Refere-se a indenização da máquina 3 da Usina Porto Góes. A Empresa foi indenizada em R\$ 37 milhões com base em critério do próprio MME, denominado de Valor Novo de Reposição (VNR).

16. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado					
	Saldo 01.01.12	Saldo 31.12.12	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 31.12.13
ATIVO						
Circulante.....	35.283	44.991	40.565	29.180	(71.870)	42.866
Não Circulante.....	423.396	433.962	(40.565)	38.839	-	432.236
	458.679	478.953	-	68.019	(71.870)	475.102

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(186.520)	(215.700)	(246.228)
Variação monetária.....	237.231	198.393	151.739
Recebimentos.....	(340.609)	(268.740)	(211.832)
	475.102	478.953	458.679

Notas Explicativas

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2014.....	42.866
Não circulante	
De 2015 até 2019.....	214.332
De 2020 até 2024.....	217.904
	<u>432.236</u>
Total	<u>475.102</u>

17. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante						
Serviços em curso (1).....	4.411	4.108	3.533	4.411	4.108	3.533
Serviços - Barragem Penha (2).....	-	-	2.703	-	-	2.703
Serviços - Canal Pinheiros (3).....	-	-	2.656	-	-	2.656
Serviços - Petrobrás (4).....	-	-	920	-	-	920
Outros créditos (5).....	15.914	12.296	9.762	15.682	11.744	9.577
	<u>20.325</u>	<u>16.404</u>	<u>19.574</u>	<u>20.093</u>	<u>15.852</u>	<u>19.389</u>

- 1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- 2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha, conforme contrato nº 2010/22/00249.5.
- 3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros.
- 4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga, conforme contrato nº 4600320061.
- 5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

Os valores da renda da prestação de serviços apresentados anteriormente como " outros créditos" foram reclassificados para uma linha específica durante a elaboração das Demonstrações Financeiras do ano calendário 2013 e de 2012.

18. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 8.600 em 2012).

	Controladora e Consolidado			
	31.12.13	Provisão	31.12.12	01.01.12
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(13.371)</u>	<u>(4.771)</u>	<u>(8.600)</u>	<u>(5.271)</u>

AGING LIST - RECEBÍVEIS

RUBRICA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	180 DIAS	+ 180 DIAS	TOTAL
Aluguéis (a).....	-	-	2	7	761	770
Clientes (b).....	-	-	-	-	427	427
Empregados cedidos (c).....	470	-	-	859	5.725	7.054
Multa contratual (d).....	-	-	-	-	976	976
RTE (e).....	-	-	-	-	4.144	4.144
TOTAL.....	<u>470</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>866</u>	<u>12.033</u>	<u>13.371</u>

Notas Explicativas

- (a) Aluguel de imóvel à terceiros.
- (b) Recuperação judicial da Distribuidora CELPA (pago 11 das 60 parcelas, referente a liquidação das faturas do CCEAR de janeiro e fevereiro de 2012).
- (c) Empregados cedidos, passíveis de reembolso (em negociação).
- (d) Multas aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais (cobrança judicial).
- (e) Valores determinados pela ANEEL da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a serem ressarcidos por distribuidoras para cobrir gastos ocorridos durante o apagão de 2001 com energia térmica (pagamento “sub-judice”).

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

19.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	63.077	(56.202)	63.543	(55.939)	63.077	(56.202)	63.543	(55.939)
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(15.769)	(14.051)	(15.886)	(13.985)	(5.677)	(5.058)	(5.719)	(5.035)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(3.699)	(4.466)	(3.699)	(4.466)	(1.332)	(1.608)	(1.332)	(1.608)
Outros.....	7.578	42.170	7.555	42.358	2.201	12.965	2.201	12.865
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	17.418	(32.150)	17.418	(32.150)	6.270	(11.574)	6.270	(11.574)
Outros (PAT, incentivos).....	1.385	(309)	1.189	(750)	499	1.651	411	1.652
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	(7.437)		(7.437)	-	(2.150)	-	(2.150)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(524)	(8.806)	(860)	(8.993)	(189)	(3.624)	(319)	(3.700)
Corrente.....	-	(2.248)	(336)	(2.435)	-	(1.263)	(130)	(1.339)
Diferido.....	(524)	(6.558)	(524)	(6.558)	(189)	(2.361)	(189)	(2.361)
Alíquota efetiva.....	1%	16%	1%	16%	0%	6%	1%	7%

19.2 Composição dos saldos – Parte B do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO			PASSIVO		
	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Imposto de Renda						
Provisões temporariamente indedutíveis até 2012 (a).....	75.100	75.100	42.950	-	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	64.446	57.009	58.007	-	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2013 (c).....	(17.418)	-	-	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	-	94.503	93.979	87.421
Contribuição Social						
Provisões temporariamente indedutíveis até 2012 (a).....	27.036	27.036	15.462	-	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	18.032	15.882	16.424	-	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2013 (c).....	(6.270)	-	-	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	-	34.021	33.832	31.471
	160.926	175.027	132.843	128.524	127.811	118.892
Provisão para créditos tributários (e).....	(160.926)	(175.027)	(132.843)	-	-	-
	-	-	-	128.524	127.811	118.892

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2012, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 16).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

Notas Explicativas**20. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

		Controladora e Consolidado		
		31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....		25.295	31.211	6.637
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....		8.536	4.691	5.338
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).....		-	-	5.617
		<u>8.536</u>	<u>4.691</u>	<u>10.955</u>
		<u>33.831</u>	<u>35.902</u>	<u>17.592</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 7.619 (R\$ 22.847 em 2012) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 17.676 (R\$ 8.364 em 2012) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que foram resgatadas em 06/07/2012 no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo.

Notas Explicativas

21. IMOBILIZADO

É composto como segue:

Controladora e Consolidado						
31.12.13				31.12.12	01.01.12	
Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
Terrenos.....	6.713	-	6.713	6.715	6.733	
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,9% 695.555	(399.577)	295.978	309.331	323.925	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6% 79.300	(50.654)	28.646	29.876	31.028	
Máquinas e Equipamentos.....	2,4% 446.621	(283.536)	163.085	153.501	164.432	
Veículos.....	8,1% 8.543	(6.252)	2.291	2.628	2.316	
Móveis e Utensílios.....	0,9% 2.109	(2.028)	81	94	45	
Subtotal.....	1.238.841	(742.047)	496.794	502.145	528.479	
Em curso.....	31.740	-	31.740	42.711	44.127	
Redução ao Valor recuperável - CPC 01....	-	-	(144.905)	(193.125)	(61.212)	
Total Controladora.....	1.270.581	(742.047)	383.629	351.731	511.394	
Em curso.....	59.963	-	59.963	16.246	-	
Total Consolidado.....	1.330.544	(742.047)	443.592	367.977	511.394	

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2013 e 2012 está representada por:

Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 01.01.12	Saldo em 31.12.12	Adições	Ajuste CPC 01	Baixas	Transferências	Depreciação do período	Saldo em 31.12.13
Em serviço								
Terrenos.....	6.733	6.715	-	-	(2)	-	-	6.713
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,9% 323.925	309.331	1	-	-	-	(13.354)	295.978
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6% 31.028	29.876	-	-	-	-	(1.230)	28.646
Máquinas e Equipamentos.....	2,4% 164.432	153.501	47	-	-	20.225	(10.688)	163.085
Veículos.....	8,1% 2.316	2.628	123	-	(4)	235	(691)	2.291
Móveis e Utensílios.....	0,9% 45	94	-	-	-	6	(19)	81
Subtotal.....	528.479	502.145	171	-	(6)	20.466	(25.982)	496.794
Em curso.....	44.127	42.711	9.865	-	(340)	(20.496)	-	31.740
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..	(61.212)	(193.125)	-	41.903	-	-	6.317	(144.905)
Total Controladora.....	511.394	351.731	10.036	41.903	(346)	(30)	(19.665)	383.629
Em curso.....	-	16.246	43.717	-	-	-	-	59.963
Total Consolidado.....	511.394	367.977	53.753	-	(346)	(30)	(19.665)	443.592

Depreciação no resultado:

	2013	2012
Imobilizado.....	(19.665)	(24.089)
Intangível.....	(196)	(319)
	(19.861)	(24.408)

Total de aquisições:

	2013	2012
Imobilizado.....	9.762	76.389
Intangível.....	274	3
	10.036	76.392

Notas Explicativas

21.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 16).

Conforme exposto no item 1.2, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 04 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Pirapora de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

*Usinas não despachadas centralizadamente.

21.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras.

Os resultados obtidos no teste de recuperabilidade, no exercício de 2013, foram:

UGC	Ativos Líquidos ao Final de 2013	Testes de Recuperabilidades Anteriores	Valor dos Ativos Testados - A	Fluxo de Caixa Futuro - B	Ativos + VP Fl.Cx Futuro C=(A+B)
U. Complexo Henry Borden	247.501	(137.785)	109.716	151.619	41.903
U. Rasgão	20.996	(22.452)	(1.456)	(23.106)	
U. Porto Góes	3.628	(3.968)	(340)	(2.139)	
U. Usina Vale	2.239	(2.373)	(134)	(4.959)	
TOTAL	274.364	(166.578)	107.786	121.415	41.903

As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, o valor da reversão de testes de recuperabilidade anteriores é de R\$ 41.903.

Os principais pontos considerados para o resultado apresentado são:

- As receitas esperadas das UGC's Rasgão, Porto Góes e Complexo Henry Borden em valor constante até 2042, de acordo com estabelecido no contrato de concessão.
- Receitas do arrendamento da Usina Termoelétrica de Piratininga e de prestação de serviços de Operação e Manutenção das Termoelétricas para a Baixada Santista Energia S.A.- BSE até o ano de 2024.
- Os custos, refletindo ações administrativas efetuadas em 2013 e em andamento, foram mantidos constantes, com exceção de ajustes decorrentes da diminuição ainda a ocorrer na folha de pagamento por aposentadorias, da redução de custos a partir de 2025 referente ao término do contrato de arrendamento e de

Notas Explicativas

serviços prestados à BSE e de reduções adicionais esperados de 4% dos custos para os anos de 2014 e 2015.

- Ativos testados estão líquidos dos valores passíveis de ressarcimento pelo Poder Concedente.
- Taxa de desconto de 6,32%, obtido do custo médio ponderado de capital real contemplando o recente aumento na taxa livre de risco.

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante			
Provisão de férias e gratificação de férias.....	6.096	6.608	5.861
Encargos sociais sobre férias.....	4.894	4.473	6.025
	10.990	11.081	11.886

23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante						
COFINS s/ receitas.....	770	1.135	1.195	770	1.135	1.195
PIS s/ receitas.....	167	246	259	167	246	259
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	298	339	262	298	339	262
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.930	2.000	2.034	1.930	2.000	2.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	-	2.694	61	203	2.758
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3).....	-	-	49	-	-	49
Outros.....	823	743	1.351	924	743	1.351
	4.078	4.553	7.934	4.240	4.756	7.998
Não circulante						
IPTU - REFIS (2).....	126	216	306	126	216	306
	126	216	306	126	216	306
	4.204	4.769	8.240	4.366	4.972	8.304

(1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2013 e pagos em janeiro de 2014.

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.

(3) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

24. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.. O saldo de R\$ 8.509 foi liquidado no exercício 2012.

Notas Explicativas

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Cessão de Direitos Creditícios do Instrumento de Reconhecimento de Obrigações firmado com o DAEE para a CESP (Nota 10), que no exercício de 2012 estava contabilizado no valor líquido a receber do DAEE. Em agosto de 2013 o empréstimo foi quitado e finalizado o direito creditício.

Em 8 de março de 2012 a Empresa Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Durante o exercício de 2013 foi recebido o montante de R\$ 67.815 correspondente a 69% do total a receber.

26. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

		Controladora e consolidado				
					Ajustado	Ajustes do CPC 33 (R1)
		31.12.13			31.12.12	31.12.12
		Não			01.01.12	
Credor	Objeto	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	20.980	134.044	155.024	129.574	154.061
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(105.328)	(105.328)	10.380	(87.082)
		20.980	28.716	49.696	139.954	66.979

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2013 está representada por:

Controladora e consolidado						
		Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado			
01.01.12			31.12.12	31.12.13		
Saldo				Amortização	Despesa CPC 33 (R1)	Saldo
111.097	28.857	139.954	(21.477)	10.829	(79.610)	49.696

No resultado:	2013	2012
Plano BSPS.....	10.829	6.858
Plano BD.....	4.618	834
Plano CV.....	331	-
	15.778	7.692

26.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado,

Notas Explicativas

a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

26.2 DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A CPC33/IAS19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.13	31.12.12
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,02%	8,32%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	11,02%	9,93%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	5,04%	5,04%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	4,00%	4,00%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade.....	AT - 83	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos (*).....	531	611
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*).....	583	525
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*).....	28	29
Nº de participantes inativos - pensionistas (*).....	49	45

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método de reconhecimento integral e imediato. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

O plano de benefício definido (B.D) tem contribuição paritária.

Notas Explicativas**b1) Conciliação dos ativos e passivos**

	B.S.P.S		B.D	
	2013	2012	2013	2012
Total do passivo atuarial.....	531.797	686.869	136.983	180.066
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(482.101)	(546.915)	(224.519)	(245.727)
Passivo líquido.....	<u>49.696</u>	<u>139.954</u>	<u>(87.536)</u>	<u>(65.661)</u>

b2) Movimentação do passivo atuarial

	B.S.P.S		B.D	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	686.869	534.593	180.066	147.977
Custo do serviço corrente.....	-	-	4.719	1.540
Juros sobre obrigação atuarial.....	55.655	54.742	14.763	14.383
Ganho/Perda atuarial.....	(165.571)	137.598	(57.666)	19.862
Benefícios pagos.....	(45.156)	(40.064)	(4.899)	(3.696)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	<u>531.797</u>	<u>686.869</u>	<u>136.983</u>	<u>180.066</u>

b3) Movimentação do ativo do plano

	B.S.P.S		B.D	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo do ativo do plano.....	(546.915)	(467.614)	(245.727)	(199.098)
Contribuições de empresa para o plano.....	(21.477)	(16.757)	(1.543)	(1.717)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(44.826)	(47.884)	(20.340)	(19.352)
Rendimento dos ativos do plano (superior) / inferior à taxa de desconto...	85.961	(54.724)	39.816	(27.535)
Contribuições de participantes para o plano	-	-	(1.624)	(1.721)
Benefícios pagos pelo plano.....	45.156	40.064	4.899	3.696
Valor justo do ativo do plano.....	<u>(482.101)</u>	<u>(546.915)</u>	<u>(224.519)</u>	<u>(245.727)</u>

b4) Despesa estimada para:

	B.S.P.S	B.D
	2014	2014
Custos do serviço corrente	-	1.865
Juros sobre a obrigação atuarial.....	56.467	14.667
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(52.479)	(24.360)
Despesa/ (receita) com juros sobre do " teto de ativo".....	-	9.646
Total.....	<u>3.988</u>	<u>1.818</u>

b5) Conciliação do passivo atuarial:

	B.S.P.S		B.D	
	2013	2012	2013	2012
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	139.954	66.979	-	-
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	10.829	6.858	4.618	834
Contribuição da empresa para o plano.....	(21.477)	(16.757)	(1.543)	(1.717)
Contribuições de participantes para o plano.....	-	-	(1.624)	(1.721)
Efeitos das remensurações reconhecidas em ORA.....	(79.610)	82.874	(1.451)	2.604
Saldo final.....	<u>49.696</u>	<u>139.954</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

26.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$49.696

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2013, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

27. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR (1):			
- Quota mensal.....	-	352	312
- Diferença de quotas - 2009 (2).....	-	-	85
- Diferença de quotas - 2010 (3).....	597	32	379
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.639	1.326	1.191
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	25	42	41
Quota para P&D - FNDCT (5).....	121	94	107
Quota para P&D - EPE (5).....	61	47	54
P&D - Recursos para projetos (5).....	7.086	5.962	5.030
	<u>9.529</u>	<u>7.855</u>	<u>7.199</u>
Não circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR:			
- Diferença de quotas - 2011 (4).....	769	769	769
	<u>10.298</u>	<u>8.624</u>	<u>7.968</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- (2) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011, com término em janeiro de 2012.

Notas Explicativas

- (3) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013.
- (4) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- (5) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

28. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 2013 de R\$ 19.803 (R\$ 872 em 2012) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias e para construção da Ciclovia Pomar Urbano.

29. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Não circulante			
Compromissos socioambientais.....	17.825	50.658	17.825

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

30. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado				
	01.01.12	31.12.12	31.12.13		
	Saldo	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	15.228	16.737	1.504	-	18.241
Diversas.....	7.378	9.741	3.509	(1.502)	11.748
	22.606	26.478	5.013	(1.502)	29.989
Cíveis.....	15.471	4.984	2.825	(2.827)	4.982
Tributárias.....	561	-	-	-	-
	16.032	4.984	2.825	(2.827)	4.982
	38.638	31.462	7.838	(4.329)	34.971

Notas Explicativas

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2002 da ANEEL.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2013, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado								
	Provável			Possível			Remota		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Administrativo.....	-	-	-	326	111	94	2.402	7	-
Cível.....	4.982	4.984	15.471	22.994	11.878	3.058	5.059	11.673	12.138
Trabalhista.....	29.989	26.478	22.606	10.701	8.102	7.538	23.937	36.367	11.359
Tributária.....	-	-	561	-	-	1	812	2.846	4.261
	<u>34.971</u>	<u>31.462</u>	<u>38.638</u>	<u>34.021</u>	<u>20.091</u>	<u>10.691</u>	<u>32.210</u>	<u>50.893</u>	<u>27.758</u>

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

31. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 36).

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

32.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de dezembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 644 (R\$ 382 em 2012) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

Notas Explicativas

32.2 Manutenção das Barragens Penha e Móvel – DAEE

Em 2013 foi faturado o valor de R\$ 145 pela prestação de serviços de manutenção nas barragens do DAEE.

32.3 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE

Em 31 de dezembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 25.223.

32.4 Compra de energia elétrica da CESP

Em 17 de janeiro de 2013, para cumprir compromissos firmados com consumidores livres e comercializadores de energia, a EMAE realizou leilão de compra de 80 MW médios de energia elétrica durante o ano de 2013. A CESP foi contratada pelo preço de R\$ 134,00 / MWh. (R\$ 84.513).

32.5 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à empresa de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Notas Explicativas

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferidas na ação que move contra a SABESP.

Em 30/04/2013, a EMAE apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 05/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido seu recurso de apelação sem efeito suspensivo, distribuído sob o número 0129811-62.2013.8.26.0000Al, com fundamento no inciso III do artigo 527 do CPC.

Em 31/07/2013, a AMCHAM comunicou a EMAE da suspensão do procedimento arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP.

Notas Explicativas

Em 04/09/2013, a EMAE protocolizou a petição inicial da ação de cobrança das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo – SP.

Em 07/10/2013, considerando haver identidade entre o processo distribuído à 6ª Vara do Fórum Central com o processo de nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em tramite pela 5ª Vara Cível desse mesmo Fórum, o Juiz daquela Vara remeteu o os autos ao Cartório do Distribuidor para as providências de redistribuição do feito a 5ª Vara Cível.

Em 18/10/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão concedendo o efeito suspensivo à decisão do juiz da 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo de remeter o processo referente à Ação Billings à 5ª Vara Cível do mesmo Fórum, até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, da SABESP.

Em 23/10/2013, por meio do Acórdão nº 2013.0000651986, foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela Sabesp para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

A assinatura do Termo de Arbitragem no Centro de Arbitragem Amcham Brasil ocorreu em 29/11/2013.

Em 12/12/2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Sabesp contra a decisão que determinou a redistribuição dos autos da Ação de Billings para a 5ª Vara Cível. Entendeu-se não haver conexão, de modo que o processo deverá ter prosseguimento perante o juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central.

Aguarda-se o prosseguimento da demanda perante a 6ª Vara Cível com a eventual determinação de nova data de audiência para designação da perícia, a apreciação do pedido de antecipação de tutela da EMAE e a abertura de prazo para réplica da EMAE.

32.6 Remuneração do pessoal chave da administração

A Empresa possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP – Companhia Energética de São Paulo; DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP – Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas chaves:

Categoria da Remuneração	Partes Relacionadas	
	CESP	DAEE
Benefícios de curto prazo.....	148	322
Benefícios pós-emprego.....	N.A.	N.A.
Outros benefícios de longo prazo.....	N.A.	N.A.
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho.....	N.A.	N.A.
Remuneração baseada em ações.....	N.A.	N.A.

Obs.: N.A. (não aplicável)

Notas Explicativas

33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2013 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.264.433	10,18	2.264.433	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	513.000	2,31	513.000	1,39
Outros.....	-	-	2.783.662	12,52	2.783.662	7,53
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,01</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

33.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral.

Notas Explicativas

33.3 Proposta de destinação

	2013
Lucro líquido do exercício.....	62.364
(-) Prejuízos acumulados.....	(56.371)
(-) Reserva Legal 5%.....	300
Resultado base para distribuição de dividendos.....	5.693
Dividendo mínimo obrigatório.....	1.423
Dividendo adicional proposto.....	4.270
Lucro (Prejuízos) Acumulados.....	-

33.4 Dividendo por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de dividendos por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em milhares, exceto valor por ação):

	2013
Dividendo líquido (prejuízo) do exercício	5.692
Dividendo disponível aos acionistas ordinários.....	2.137
Dividendoo disponível aos acionistas preferenciais.....	3.555
	5.692
Número de ações ordinárias.....	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714
Total.....	36.947.084
Dividendo por ação básico e diluído.....	
Ação Ordinária.....	0,14532
Ação Preferencial.....	0,15985

33.5 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valor por ação):

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	R\$	62.364	R\$	(68.632)
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
Total.....		36.947.084		36.947.084
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$	1,59209	R\$	(1,75209)
Ação Preferencial.....	R\$	1,75130	R\$	(1,92729)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

34. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

34.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	19.294	27.293
Receita com energia.....	117.360	-
Suprimento de energia - leilão.....	-	106.421
Suprimento de energia - comercializadores.....	57.703	8.402
Energia de curto prazo - CCEE.....	3.605	29.298
Renda da prestação de serviços.....	21.874	24.548
Outras receitas.....	3.120	10.429
	<u>222.956</u>	<u>206.391</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(641)	(4.225)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(21.821)	(19.084)
PIS sobre receitas operacionais.....	(4.737)	(4.143)
ICMS sobre receitas operacionais.....	(73)	(1.568)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(934)	(1.221)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.916)	(1.641)
	<u>(30.122)</u>	<u>(31.882)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>192.834</u>	<u>174.509</u>

34.2 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da EMAE passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória – MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração – RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

Notas Explicativas

34.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o fornecimento para consumidores livres e o suprimento para comercializadoras de energia, resultou em um faturamento de R\$ 19,3 milhões (R\$ 27,2 milhões no mesmo período em 2012) e R\$ 57,7 milhões (R\$ 8,4 milhões no mesmo período em 2012), respectivamente. Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da CESP – Cia. Energética de São Paulo.

34.4 Energia Elétrica Vendida

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	103.391	163.980	19.294	27.293
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	1.310.299	-	117.360	-
Suprimento				
Energia de leilão.....	-	1.105.396	-	106.421
Agentes comercializadores.....	586.920	85.695	57.703	8.402
	<u>586.920</u>	<u>1.191.091</u>	<u>57.703</u>	<u>114.823</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	3.605	29.298
Total.....	<u>2.000.610</u>	<u>1.355.071</u>	<u>197.962</u>	<u>171.414</u>

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

34.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	145	4.534
Petrobras (UTE's).....	19.142	17.115
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.250	2.788
CTEEP (Subestação Piratininga).....	-	27
Outros serviços.....	337	84
	<u>21.874</u>	<u>24.548</u>

Notas Explicativas

35. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

35.1 - Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(6.020)	-	-	-	-	-	-	-	(6.020)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(84.513)	(3.300)	-	-	-	-	-	-	(84.513)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.946)	(4.016)	-	-	-	-	-	-	(2.946)	(4.016)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(5.907)	(6.829)	-	-	-	-	-	-	(5.907)	(6.829)
Pessoal.....	(81.650)	(81.427)	(1.011)	(1.448)	(18.671)	(18.698)	-	-	(101.332)	(101.573)
Administradores.....	-	-	-	-	(2.506)	(1.830)	-	-	(2.506)	(1.830)
Material.....	(5.118)	(3.832)	(214)	-	(676)	(993)	-	-	(6.008)	(4.825)
Serviço de terceiros.....	(20.256)	(22.887)	(48)	-	(15.756)	(11.862)	-	-	(36.060)	(34.749)
Depreciação.....	(18.887)	(23.220)	-	-	(974)	(1.188)	-	-	(19.861)	(24.408)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(460)	(509)	-	-	(460)	(509)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(760)	(813)	-	-	(760)	(813)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(7.837)	(5.633)	-	-	-	-	-	-	(7.837)	(5.633)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	4.328	12.809	-	-	-	-	-	-	4.328	12.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(4.771)	(3.329)	-	-	(4.771)	(3.329)
Provisão para riscos socioambientais.....	-	(32.833)	-	-	-	-	-	-	-	(32.833)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	32.833	-	-	-	-	-	-	-	32.833	-
Teste de recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	41.903	(105.366)	41.903	(105.366)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	3.664	24.620	3.664	24.620
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	976	582	976	582
Outras.....	1.296	(12.285)	-	-	-	(366)	(33)	-	1.263	(12.651)
Total.....	(188.657)	(189.473)	(1.273)	(1.448)	(44.574)	(39.588)	46.510	(71.916)	(187.994)	(302.425)

Notas Explicativas

35.2 - Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(6.020)	-	-	-	-	-	-	-	(6.020)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(84.513)	(3.300)	-	-	-	-	-	-	(84.513)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.946)	(4.016)	-	-	-	-	-	-	(2.946)	(4.016)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(5.907)	(6.829)	-	-	-	-	-	-	(5.907)	(6.829)
Pessoal.....	(81.650)	(81.427)	(1.011)	(1.448)	(18.671)	(18.698)	-	-	(101.332)	(101.573)
Administradores.....	-	-	-	-	(2.506)	(1.830)	-	-	(2.506)	(1.830)
Material.....	(5.118)	(3.832)	(214)	-	(676)	(993)	-	-	(6.008)	(4.825)
Serviço de terceiros.....	(20.267)	(22.887)	(48)	(23)	(15.756)	(11.862)	-	-	(36.071)	(34.772)
Depreciação.....	(18.887)	(23.220)	-	-	(974)	(1.188)	-	-	(19.861)	(24.408)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(460)	(509)	-	-	(460)	(509)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(760)	(813)	-	-	(760)	(813)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(7.837)	(5.633)	-	-	-	-	-	-	(7.837)	(5.633)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	4.328	12.809	-	-	-	-	-	-	4.328	12.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(4.771)	(3.329)	-	-	(4.771)	(3.329)
Provisão para riscos socioambientais.....	-	(32.833)	-	-	-	-	-	-	-	(32.833)
Rev.Provisão para riscos socioambientais.....	32.833	-	-	-	-	-	-	-	32.833	-
Teste de recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	41.903	(105.366)	41.903	(105.366)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	3.664	24.620	3.664	24.620
Outras.....	1.296	(12.285)	-	-	-	(366)	(60)	-	1.236	(12.651)
Total.....	(188.668)	(189.473)	(1.273)	(1.471)	(44.574)	(39.588)	45.507	(72.498)	(189.008)	(303.030)

Notas Explicativas**35.3 Energia Elétrica Comprada no Curto Prazo e Encargos da Rede**

	Controladora e Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	-	6.020
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	2.946	4.016

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

36. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	6.260	3.458	7.748	4.374
Atualização de valores a receber - DAEE.....	2.593	-	2.593	-
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	29.180	30.528	29.180	30.528
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	-	31	-	31
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	34	1.107	34	1.107
Outras.....	35	78	35	78
	<u>38.102</u>	<u>35.202</u>	<u>39.590</u>	<u>36.118</u>
Despesas				
Juros	(461)	(27)	(469)	(27)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(23)	(511)	(23)	(559)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(357)	(308)	(357)	(308)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	-	(26)	-	(26)
	<u>(1.651)</u>	<u>(1.682)</u>	<u>(1.659)</u>	<u>(1.730)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	42.048	74.506	42.048	74.506
Variações monetárias passivas.....	(20.262)	(36.312)	(20.262)	(36.312)
	<u>21.786</u>	<u>38.194</u>	<u>21.786</u>	<u>38.194</u>
	<u>58.237</u>	<u>71.714</u>	<u>59.717</u>	<u>72.582</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 31/12/2012 e de 2013 foram reclassificados para Variações Monetárias por se tratarem de atualizações sobre o saldo credor do plano previdenciário .

Notas Explicativas

37. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2014	2.500	157
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2013	08.02.2014	3.000	94
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	28.11.2013	28.11.2014	324	2
			<u>5.824</u>	<u>253</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Empresa foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de dezembro de 2013 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Sistema Gerenciador de Séries Temporais – Módulo Público – Banco Central do Brasil, de 02 de janeiro de 2014, com CDI de 9,77% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2013	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		9,77%	7,33%	4,89%
Controladora	61.975	6.055	4.541	3.027
Consolidado	80.615	7.876	5.907	3.938

O consolidado da Empresa, nos cenários I e II, apresentaria, em relação a projeção do cenário provável, uma diminuição de receita financeira de R\$ 1.969 mil e R\$ 3.938 mil respectivamente.

Notas Explicativas

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da MP nº 579, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

(e) Derivativos

Em 2013 e 2012, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

39. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

	Controladora e Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Juros pagos.....	871	1.681
Juros recebidos.....	8.923	4.643
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	-	10.118
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	-	-

40. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o exercício de 2013 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 1.488 e despesas pré-operacionais no valor de R\$ 512, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 976 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2013 foi pago a EMAE um montante de R\$ 552 a título de dividendos.

Notas Explicativas

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2014 e pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2014.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Medida Provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido.

O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Empresa preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão e a Empresa aguarda a definição das emendas à mesma para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

AOS
ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em

controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, o que poderá impactar na normalidade de suas operações. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 383.629 mil, em 31 de dezembro de 2013, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Ajustes após adoção do CPC 33 (R1)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Companhia são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes. De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada. Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão sendo apresentados. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2, a EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras. As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, o valor da reversão de testes de recuperabilidade anteriores é de R\$ 41.903 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 29, a EMAE mantém provisão de R\$ 17.825 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro.

Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Medida provisória nº 627/2013

Conforme mencionado na nota explicativa nº 42, em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão e a Companhia aguarda a definição das emendas à mesma para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2013, elaborado sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2014.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Relatório dos Auditores Independentes, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do Exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação pelo Conselho de Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Relatório, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Alexandre Modonezi de Andrade
Deraldo de Souza Mesquita Junior
Mary-Annie Cairns Guerrero
Sílvia Mara Correia
Tzung Shei Ue

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da UHY Moreira Auditores, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da UHY Moreira Auditores, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.